

# Governo concede 59 áreas para exploração de petróleo por R\$ 422 milhões

Do total arrecadado, 98% foram oferecidos por Shell, Ecopetrol e Total pela concessão de oito áreas na Bacia de Santos

Agência Folhapress | 13/04/2022, 19:22 19:22 h | Atualizado em 13/04/2022, 19:22



Em leilão sem participação da Petrobras, o governo concedeu nesta quarta-feira (13) 59 áreas para exploração de petróleo no país, em leilão que arrecadou R\$ 422,4 milhões. Do total arrecadado, 98% foram oferecidos por Shell, Ecopetrol e Total pela concessão de oito áreas na Bacia de Santos.

O leilão teve protestos de organizações ambientalistas contra a oferta de áreas próximas a comunidades quilombolas e pesqueiras e em um cenário de alertas sobre a necessidade de medidas para reduzir as emissões de gases do efeito estufa.

Foi o terceiro leilão do modelo de oferta permanente, que funciona como uma espécie de vitrine de áreas para exploração e produção de petróleo no país. Nesse modelo, as empresas demonstram interesse por áreas disponíveis, levando a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) a abrir leilões.

Deve ser o modelo vigente no país nos próximos anos, após o fim dos megaleilões de petróleo realizados nos anos 2010, que tinham áreas com maior conhecimento geológico e, por isso, arrecadavam bônus bilionários.

Para o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, o resultado dessa quarta foi "excepcional" e reforça que o sucesso do modelo de oferta permanente, criticado pela oposição por ter menores bônus de assinatura do que leilões com menos ofertas.

O diretor-geral da ANP, Rodolfo Saboia, destacou que foi a maior arrecadação em um leilão de oferta permanente. "E o que é mais importante, obtivemos recorde nos compromissos de investimentos mínimos. Esses investimentos vão resultar em atividade econômica, emprego e renda para os brasileiros."

Ao todo, a ANP ofereceu 379 áreas em 14 setores exploratórios de sete bacias sedimentares brasileiras, a maior parte delas em terra, tipo de operação que atrai o interesse de pequenas petroleiras, como as vencedoras Petroborn, Petro-Victory e CE Engenharia.

São áreas de menor potencial de produção do que áreas marítimas e, por isso, com bônus de assinatura mais baixo. As 51 áreas em terra arrematadas no leilão renderam uma arrecadação total de R\$ 7,1 milhões.

Antes da disputa, Saboia destacou que parte dos concorrentes seriam pequenas empresas que se desenvolveram com o processo de venda de ativos da Petrobras, que liberou campos já em produção para o setor privado.

Em entrevista coletiva após o leilão, afirmou que o resultado garante maior diversidade de atores no setor e responde a estratégia da agência para "fazer com que os ativos certos estejam nas mãos certas".

"A cada ano que passa, temos mais agentes, temos mais empresas participando. E isso é bom, porque traz crescimento da produção e melhores preços para os clientes que precisam desses insumos", afirmou Albuquerque após a concorrência.

As dez empresas que arremataram essas áreas menores se comprometeram a investir quase R\$ 100 milhões nos projetos.

Baseada nos Estados Unidos mas com foco em operações no Brasil, a Petro-Victory foi a maior vencedora, com 19 blocos na Bacia Potiguar. A Origem Energia foi a segunda maior, com 18, localizados nas bacias de Sergipe-Alagoas e Tucano, na Bahia.

Os maiores lances foram dados pela francesa Total Energies e por um consórcio formado por Shell e Ecopetrol. A primeira se comprometeu a pagar R\$ 275 milhões por duas concessões; o segundo ofereceu R\$ 140,2 milhões por seis áreas.

As concessões estão fora do chamado polígono do pré-sal, onde estão as maiores descobertas de petróleo do país, mas ainda assim com potencial de descobertas de jazidas abaixo da camada de sal. As empresas vencedoras do leilão desta quarta se comprometeram a investir R\$ 307,9 milhões na região.

Shell e Ecopetrol já haviam atuado em parceria no último leilão de áreas petrolíferas realizado no país, em 2021. As duas arremataram um bloco na Bacia de Santos. Sozinha, a Shell levou outras quatro áreas naquela concorrência, que foi a pior já realizada no país desde a abertura do setor, em 1997.

"Foi mais um marco de nosso foco no Brasil, que é responsável por cerca de 13% da produção global de óleo e gás da Shell", disse a diretora de Exploração e Produção da Shell Brasil, Manoela Lopes.

A ANP ainda prevê para este ano um leilão da oferta permanente de áreas dentro do polígono do pré-sal, que têm contratos diferentes de exploração, chamados contratos de partilha. Esse modelo garante ao governo presença na decisão de investimentos e parte do petróleo produzido.

Segundo o ministro de Minas e Energia, a expectativa é que a concorrência aconteça no fim do ano. O leilão dependeria, porém, de manifestações de interesse das petroleiras por alguma das 11 áreas disponíveis nesse momento.

"Como são ativos muito valorizados, ativos de primeira linha para o mundo inteiro, esperamos que seja um leilão bem-sucedido", disse o diretor-geral da ANP.